



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
SÃO FRANCISCO DE ASSIS  
SALA VER. DANILO CÁCERES

Of. Nº 27/2021

São Francisco de Assis, 13 de janeiro de 2021.

Exmo. Sr.

Vereador Eberton Luiz

Presidente da Câmara Municipal

São Francisco de Assis - RS

Venho pelo presente encaminhar a V. Ex.<sup>a</sup> o projeto de Lei nº \_\_\_\_/2021, que estabelece prazos para a realização no Sistema Único de Saúde – SUS, no município de São Francisco de Assis, de exame e demais procedimentos médicos que especifica.

Limitado ao exposto,

Cordialmente,

  
Vereador NILO SANTOS  
Bancada PROGRESSISTA





CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
SÃO FRANCISCO DE ASSIS  
SALA VER. DANILO CÁCERES

---

PROJETO DE LEI Nº 05 /2021

Estabelece prazos para a realização no Sistema Único de Saúde – SUS, no município de São Francisco de Assis, de exame e demais procedimentos médicos que especifica.

Paulo Renato Cortelini, Prefeito Municipal de São Francisco de Assis, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Esta Lei estabelece prazos máximos de atendimento no Sistema Único de Saúde – SUS no município de São Francisco de Assis, para a realização de exames diagnósticos e procedimentos médicos para a recuperação da saúde.

Art. 2º. Fica determinado que as unidades do SUS devam realizar atendimento aos usuários para a realização de exames diagnósticos e procedimentos para a recuperação da saúde com o tempo máximo de espera de:

- I – Noventa dias, em caso de exames e procedimentos de rotina ou eletivos; e
- II – trinta dias, em caso de exames e procedimentos de urgência.

Art. 3º. Caso os prazos estabelecidos no art. 2º não sejam obedecidos, a secretaria municipal de saúde de São Francisco de Assis, deverá emitir autorização imediata para a realização do exame ou procedimento na rede privada de saúde.



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
SÃO FRANCISCO DE ASSIS  
SALA VER. DANILO CÁCERES

---

Art. 4º. A desobediência às disposições desta Lei sujeita os infratores a multa, a ser estabelecida em regulamento, sem prejuízo das penalidades cíveis e penais aplicáveis.

Art.5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala Vereador Danilo Cáceres, 13 de janeiro de 2021.

  
**Vereador NILO SANTOS**  
Bancada PROGRESSISTA



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
SÃO FRANCISCO DE ASSIS  
SALA VER. DANILO CÁCERES

---

**JUSTIFICATIVA**

Este projeto traz como justificativa primordial a necessidade de resgatar a dignidade e, garantir o direito à saúde, não podendo medir esforços para alcançar tais objetivos.

A lei 8080/90, que regula o SUS, também traz previsões de que o acesso a saúde deve ser universal e integral a todos, e que isto seja feito em todos os níveis de assistência e de complexidade, devendo ser protegida a integridade física e moral do cidadão.

Os munícipes da nossa cidade não podem ser impedidos de serem atendidos prontamente, visto haver o risco de agravamento dos seus quadros clínicos e, até mesmo, a inviabilização de que se realizem procedimentos que poderiam minorar o sofrimento ou salvar uma vida.

Por ser uma matéria de interesse público relevante, conto com a sensibilidade de meus pares para a aprovação do mesmo.